

RELATÓRIO SÔBRE A SITUAÇÃO ATUAL DOS ÍNDIOS KAYAPÓ

Carlos de Araújo Moreira Neto
(Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém)

NOTA PRELIMINAR

Em 13 de fevereiro de 1958, durante a III Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Recife, foi criada, como órgão da Associação Brasileira de Antropologia, uma Comissão Coordenadora de Pesquisas Etnológicas e Lingüísticas, "com a incumbência de planejar, estimular e promover a realização de um amplo programa que permita prontamente uma documentação básica sôbre as culturas e línguas indígenas do Brasil, especialmente aquelas mais imediatamente ameaçadas de descaracterização e desaparecimento". (V. Revista de Antropologia, vol. 6.º, pág. 82; 1958). Do sr. Prof. Darcy Ribeiro, presidente dessa Comissão, recebemos, para publicação, o relatório aqui reproduzido. Embora não se trate de trabalho com pretensões estritamente científicas, julgamos oportuno divulgá-lo, por nêle se discutirem, com evidente conhecimento de causa, uns tantos problemas relativos à aplicação prática dos dados antropológicos e aos obstáculos que se lhe opõem em território brasileiro. Somos de parecer que o espírito construtivo das críticas que encerra poderá ser de utilidade para o desenvolvimento de uma política indigenista mais eficiente.

A Redação

* * *

Ao Sr.

Prof. Darcy Ribeiro

Presidente da Comissão de Incentivo às Pesquisas Etnológicas e Lingüísticas no Brasil

Rio de Janeiro, D. F.

Na qualidade de etnólogo da Divisão de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, órgão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, tive, no decorrer dos últimos dois anos, oportunidade de manter contacto freqüente com diversos grupos indígenas Kayapó. Justamente preocupado com as atuais condições de vida e as perspectivas de sobrevivência cultural e biológica dessas comunidades tribais, encaminho a V. S. e demais destinatários as considerações que se seguem.

Os problemas relacionados com as formas concretas de assistência prestada aos grupos tribais de modo algum se divorciam das questões que deve formular o trabalhador em etnologia mais adstrito aos temas de sua

função. A longa convivência do pesquisador de campo com os grupos com que trabalha leva-o necessariamente ao estabelecimento de relações muito estreitas com o objeto de seu estudo. E cedo adverte-se de que o conhecimento adquirido em suas atividades funcionais traz em si implícita uma certa responsabilidade com respeito ao destino das populações que estuda. A questão poderia ser colocada em outros termos: os da adequação entre a atividade prática, especificamente assistencial, e o conhecimento mais metódico e ordenado da realidade tribal, fornecido pelas ciências sociais. Da necessidade de tal relação advertiu-se o Serviço de Proteção aos Índios, criando a Secção de Estudos, onde etnólogos, recrutados entre os melhores do país, realizaram até há alguns anos atrás uma obra cuja importância científica e humana não foi ainda suficientemente valorizada. Em virtude da atual carência de assistência técnico-científica é razoável que etnólogos de outras instituições, como no meu caso, evidentemente interessados no destino dos povos que estudam, sintam o dever de discutir publicamente os acertos e os erros do órgão oficialmente incumbido de prestar amparo às populações indígenas brasileiras.

A maioria dos problemas aqui discutidos refere-se às atuais atividades de pacificação desenvolvidas pelo SPI entre os Kayapó e tribos hostis circunvizinhas. A seriedade dos conflitos registrados entre êsses grupos tribais e as populações neo-brasileiras da enorme região que se estende da bacia do Tapajós ao Araguaia-Tocantins determinou, em 1950, a constituição de uma comissão de estudos encarregada de fixar normas básicas de atuação em face do problema, considerado justamente pelos especialistas como uma das mais sérias questões indígenas do país. A comissão foi presidida pelo etnólogo Darcy Ribeiro, então chefe da Secção de Estudos do SPI, e integrada por consultores e representantes do govêrno do Estado do Pará e do Ministério da Guerra. A experiência acumulada pelo SPI em dezenas de anos de trabalho juntou-se a contribuição de especialistas, integrando-se os dados em um contexto cientificamente coerente que estabelecia as medidas preliminares necessárias ao desenvolvimento concreto das tarefas de pacificação. Ênfase especial foi posta nos problemas de contaminação dos grupos recém-pacificados por moléstias estranhas à sua experiência patológica e nas graves tendências à desorganização sócio-cultural dos grupos por efeito de sua aproximação forçada com a sociedade nacional. Estabelecia o plano, entre outros cuidados fundamentais, um pressuposto básico para a pacificação: o problema da propriedade tribal dos territórios ocupados pela tribo. No restante das áreas abertas à expansão da sociedade nacional previa-se o estabelecimento de colônias de penetração, cuidadosamente planejadas, através das quais os contactos entre os mundos nacional e tribal se fariam com o abrandamento das graves tensões até então aí existentes.

Largo tempo foi consumido nessa planificação. Um de seus resultados concretos foi o asseguração de verbas necessárias, fornecidas pela Su-

perintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para os trabalhos de pacificação e assistência a grupos indígenas da área delimitada. Uma súmula das atividades da comissão pode ser encontrada nos relatórios e conclusões publicados nos anuários "SPI 1953" e "SPI 1954". Paralelamente o presidente da comissão contribuiu de forma altamente esclarecedora para o entendimento dos sérios processos de desorganização causados por epidemias em grupos tribais com restrita experiência de contacto ("Convívio e Contaminação: Efeitos Dissociativos de Depopulação Provocada por Epidemias em Grupos Indígenas", Sociologia, vol. XVIII, n.º 1, São Paulo, 1956). O referido trabalho, elaborado durante a permanência do prof. Darcy Ribeiro à frente dessa comissão de planejamento, além de constituir uma clara advertência sôbre os perigos da exposição de tribos arredias a contactos não controlados, tem importância científica das mais relevantes, abrindo novo campo de cogitações a todos quantos, pesquisadores ou encarregados de tarefas assistenciais, se dedicam ao tratamento de temas indígenas.

Todos os dados da experiência histórica e científica estavam a valorizar a justeza das medidas indicadas como necessárias no plano de pacificação das tribos hostis do Pará. Valerá talvez lembrar como exemplo que, dos Kayapó, a horda do Pau d'Arco extinguiu-se totalmente, passando de dois a três mil indivíduos em fins do século XIX, a uma única sobrevivente conhecida vivendo hoje entre os Gorotíre. Êstes, quando pacificados entre 1936 e 1937 junto à foz do Riozinho, integravam um grupo de mais de mil índios. Quando, em 1947, o inspetor Cícero Cavalcanti conduziu os remanescentes para os campos de Novo Horizonte, salvando-os de extinção total, os Gorotíre estavam reduzidos a 89 sobreviventes. Cálculos razoavelmente corretos darão hoje aos diversos grupos Kayapó um total de pouco mais de 3.000 indivíduos, o que não representará talvez um terço de seus efetivos calculados em fins do século. Tal porcentagem de depopulação será no entanto benigna se comparada às taxas atribuídas aos Timbira ou aos Mundurukú.

Nos casos concretos e atuais, relacionados a seguir, ver-se-á como, por um conjunto complexo de causas, o SPI não consegue impedir que os mesmos e dramáticos processos depopulativos voltem a ocorrer entre as populações tribais entregues à sua responsabilidade.

I. A atual direção do SPI, no que se refere às suas atividades em território paraense (2a. Inspeção Regional) estabeleceu, como critério de ação, uma prioridade absoluta aos projetos de pacificação, dirigida especialmente aos grupos Kayapó que se dispõem entre o Jamaxim e a margem esquerda do Xingu. Se se faz exclusão dos rarefeitos grupos locais Mentuktíre-Kayapó do Jarina e do Liberdade e dos Djóre-Xikrí do Cate-té, no alto Itacaiunas (que já mantiveram contacto aliás com o Pôsto Indígena Las Casas e são arredios, mas não abertamente hostis), aquêles

Kayapó constituíam os últimos grupos da tribo gozando de autonomia cultural plena. Em sua maioria pertencem à sua tribo Menkrangnotí. Os restantes distribuem-se entre os Kararaô do Riozinho do Anfrísio e os dois bandos Kokraimôro da margem direita do Iriri. Êstes últimos são uma fração dos Kubenkrankégn que, por um processo de segmentação do grupo local, bastante comum entre os Kayapó, tomaram individualidade própria e se transferiram da antiga aldeia tribal da Cachoeira da Fumaça, no Riozinho, para a margem esquerda do Xingu. Separados do grosso da subtribo, tentaram, a princípio, estabelecer contacto pacífico com as populações extrativistas do Xingu. Numa dessas aproximações, em 1944, segundo nos consta, foram atraídos a uma emboscada pelo seringalista Ignácio Silva, perdendo nove homens. Em conseqüência disso, o bando passou a hostilizar abertamente os ocupantes neo-brasileiros da região. A maioria, se não a totalidade dos ataques dirigidos nos últimos anos contra seringais entre o Iriri e o Xingu devem ser atribuídos aos Kokraimôro. Quando foram pacificados, encontravam-se cindidos em dois grupos, que mantinham entre si relações de hostilidade. O primeiro, com um total de 39 indivíduos, foi atraído por turma volante do SPI em abril de 1957, na margem direita do rio Iriri, em uma ocupação explorada pelo seringalista Isaac Benarroch. O segundo bando, com 78 integrantes, foi pacificado em novembro do mesmo ano nas proximidades do Riozinho do Icatã, afluente da margem direita do Iriri. Em março do ano em curso fui encontrá-los aldeados pelo SPI em uma ilha alagadiça do Xingu dois dias acima de S. Felix, nas proximidades da Serra Encontrada, onde se localiza um seringal. Estavam então reduzidos a cerca de 100 índios. As condições de higiene e de saúde eram péssimas. A limitação do espaço, a ausência de roças e de embarcações adequadas, a falta de equipamento para a caça ou a pesca, todos êstes fatores haviam submetido os Kokraimôro a uma séria carência de alimentos. Estavam doentes em sua maioria, já a essa época. Uma viagem feita pouco tempo antes a S. Félix, em busca de farinha, de que participaram dois ou três índios, foi, segundo encarregados locais do SPI, a causa de sua contaminação por gripe. De qualquer modo, o contágio estava de antemão assegurado pela imprevidente localização do aldeamento que teria de ser necessariamente, como se tornou, ponto de passagem e mesmo de reunião para quantos seringueiros existissem nas proximidades. Em março foram encontrados no local três ou quatro trabalhadores do seringal da Serra Encontrada, além de um enfêrmo de uma ocupação neo-brasileira próxima, que aí fôra em busca de medicamentos. A essa época a gripe já se havia generalizado e foram registrados, em cinco dias de permanência no pôsto, três ou quatro óbitos, que se somaram a alguns outros, verificados anteriormente. Alguns meses após, funcionários do SPI lotados na Ajudância do Xingu (Altamira) reportavam a mortalidade de cerca de 50% do total dos Kokraimôro. A manutenção das atuais condi-

ções implica, para o grupo, em um processo de extermínio total a breve curso.

II. Aproximadamente na mesma época da atração dos Kokraimôro foi pacificado um grupo Menkrangnotí no lugar denominado Limão, no Curuá, afluente do Iriri. Calculados em pouco mais de cem índios, êsses Kayapó foram aldeados às margens do Curuá e repetiram, em seus mínimos detalhes, o processo depopulativo que agiu entre os Kokraimôro. A proximidade de ocupações neo-brasileiras associada à sensível queda de resistência orgânica por desnutrição, favoreceu o desenvolvimento rápido e letal da gripe entre os índios do Curuá. Como no caso dos Kokraimôro, foram mobilizados recursos locais e enviados ao pôsto de atração do Curuá funcionários do SPI com a medicação disponível e alguma quantidade de alimentos. Informes posteriores indicavam que a taxa de mortalidade fôra pelo menos tão severa quanto a estimada para os indígenas da Serra Encontrada. Um funcionário do órgão assistencial declarou que o próprio pôsto teve de ser transferido de localização, não por medidas profiláticas que defendessem os sobreviventes contra a reiteração do processo epidêmico, mas porque a decomposição dos cadáveres, enterrados à flor da terra, tornava o local inabitável. Dados oficiais da 2a. Inspeção Regional estimam em mais de cinquenta o número de óbitos registrados entre os Menkrangnotí do Curuá. Deve-se atentar para o fato de que essas epidemias de gripe, ainda que com resultados depopulativos tão graves, são consideradas benignas em confronto com surtos de outras moléstias, como o sarampo. Esta afecção, amplamente disseminada na planície amazônica, é responsável pelo extermínio de inúmeros grupos tribais. A ocorrência de uma epidemia de sarampo entre os Kayapó recém-pacificados do Xingu representaria, com tôda a probabilidade, sua extinção total.

III. Os explorados de riquezas florestais nas bacias do Xingu e do Tapajós, apoiados no executivo estadual, em órgãos de classe, na imprensa e em parlamentares, desenvolvem uma contínua e muito forte pressão, a fim de que o SPI leve a cabo os projetos de pacificação de grupos tribais ainda hostis na área. Na verdade, em nenhuma outra parte do território nacional, os conflitos interétnicos assumiram, modernamente, formas de hostilidade tão aberta ou disseminaram-se por regiões tão vastas. De Mãe Maria, na margem direita do Tocantins, ao Jamaxim, no Tapajós, extensões estreitamente amplas eram, ou são ainda hoje, ocupadas por indígenas hostis. Quando o SPI propôs através de seu pessoal especializado o plano de pacificação já referido, tinha em mente não só a urgência de tal cometimento, como, e principalmente, o senso da gravidade das questões a serem enfrentadas. Como entidade oficial a cujo cargo estava confiada a sorte dos grupos tribais do país não poderia, como não o fizeram os autores do plano original, sacrificar à urgência do programa as reais possibilidades de sobrevivência sócio-cultural e mesmo física das popu-

lações indígenas sob sua guarda. Tampouco ignoravam que assim agindo teriam que enfrentar, necessariamente, a incompreensão, o desfavor e a hostilidade de grupos dotados dos instrumentos do poder econômico e político, que se julgavam prejudicados por sua defesa intransigente dos direitos e interesses dos povos tribais.

O testemunho histórico indica que, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, diferenças de grau e não de qualidade marcam, no país, as técnicas usuais de exploração, de opressão e de extermínio adotadas no tratamento aos grupos indígenas pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Curt Nimuendajú revela em um de seus relatórios ao SPI os processos habituais seguidos por seringalistas e exploradores de castanhais do Xingu em suas relações com os índios da região. Tais atitudes com respeito aos grupos tribais podem ser classificadas em duas únicas categorias. Na primeira modalidade, a nota dominante é o extermínio puro e simples dos indígenas hostis ou simplesmente arredios. Veja-se como Nimuendajú ilustra o fato com o caso de um seringalista do Xingu que “se convencera do seu papel de amansador dos bichos. Pode-se mesmo dizer que tem prazer neste mister. As suas primeiras vítimas foram aqueles míseros restos dos Yuruna, dantes tão numerosos, que tinham fugido até acima da Cachoeira de Martius. Constantino (o seringalista) mandou buscá-los por um mateiro, tripulou logo uma embarcação grande com 15 canoeiros Yuruna e desceu a Altamira, onde 13 deles morreram miseravelmente; eu mesmo assisti esta tragédia em 1915. Quando os que haviam ficado no barracão souberam o que acontecera, o seu velho chefe Máma fugiu com o resto rio acima, levando uma canoa de Constantino. Êste perseguiu os fugitivos, alcançou-os e massacrou-os. Debaixo das gargalhadas dos seus cabras êle mesmo me contou esta façanha”. (“Os Gòrotire”, Revista do Museu Paulista, NS, v. VI, p. 432, São Paulo, 1952). A alternativa é a exploração brutal do trabalho indígena e sua liquidação lenta pela miséria, os maus tratos, a contaminação: “Naturalmente, apesar da aparente confraternização, as relações entre os Gòrotire e os civilizados (habitantes da Nova Olinda, no rio Fresco, para onde foram transportados êsses Kayapó recém-pacificados) não podiam ser verdadeiramente boas. A desmedida presunção dêstes, seu ódio e sua repugnância contra os “bichos”, tudo isto revestido de uma vergonhosa falta de sinceridade, tornaram impossível um sentimento leal de amizade e solidariedade” (“Os Gòrotire”, p. 430).

Essa longa digressão tem aparentemente pouco a ver com a problemática atual do SPI dentro de seu esquema prático de atividade na área considerada. Dois fatos recentes, recolhidos quase ao acaso dentre uma quantidade de outros similares, atestam entretanto a atualidade do testemunho de Nimuendajú, demonstrando que a violência e a impunidade são ainda as constantes mais definidoras do comportamento de seringalistas e assemelhados com os grupos indígenas da região. Em correspondência da-

tada de 31 de agosto do ano em curso, o jornalista José Reimão, que acompanhava a expedição do inspetor Meirelles ao alto Iriri, informava do posto Curuá: "Informações colhidas pelo inspetor Francisco Meireles e Walter, ainda não confirmadas em definitivo, dizem que foi encontrado ao sabor das águas daquele rio um cadáver de índio crivado de facadas. Dizem ter sido uma das vítimas do massacre do pessoal de Raimundo Oliveira, o seringalista, dono de 'Laranjeiras'... A atitude tomada pelo seringalista Raimundo Oliveira não se justifica, uma vez que êste já havia recorrido ao SPI solicitando auxílio, tendo seu gesto colocado em perigo grande número de vidas". ("Folha do Norte", Belém, setembro de 1958). É curioso notar que o jornalista, expressando bem os estereótipos e as atitudes mentais existentes na região com respeito aos índios, não verbera a atitude do seringalista como responsável pelo massacre, mas por fazer correr risco de represálias os membros da expedição. Outro fato, de caráter mais grave, ocorreu no Tapajós em junho de 1956. Um pequeno bando Kayapó, originário provavelmente das cabeceiras do Jamaxim ou do Iriri, encontrou entre as localidades de S. Luís e Pimentel, sôbre aquêle rio, um barracão sem ocupantes da Companhia Alto Tapajós, que controlava praticamente tôda a extração e comércio da borracha na região. Os índios apossaram-se de alguma mercadoria existente no depósito, entre ela sacos de farinha e munição, para escaparem logo após. Conhecido o fato, os dirigentes da companhia enviaram ao encalço dos Kayapó uma expedição punitiva bem armada, chefiada por um certo Paxiúba, mateiro empregado para tarefas dessa ordem. Após alguns dias de busca, os índios, que viajavam sem pressa, foram surpreendidos em um acampamento noturno nas imediações do Jamaxim. Cercados pelos empregados da Alto Tapajós, os componentes do grupo foram mortos enquanto descansavam ou dormiam. Nem um só escapou. Um inquérito posterior realizado pelo SPI esclareceu o número de indígenas mortos (cêrca de 20) e a responsabilidade indiscutível dos mandantes e executores do massacre. O inquérito e demais providências tiveram andamento lento e mesmo depois da apresentação do relatório pelo inspetor encarregado nenhuma medida foi tomada pelo SPI para responsabilizar judicialmente os autores do ato criminoso. Pressões poderosas fizeram-se sentir sôbre a 2a. Inspeção Regional e a própria direção do SPI, contribuindo para que qualquer ação naquele sentido fôsse impossibilitada. Cs srs. David Arruda e R. Pinto, ex-sócios e atuais sucessores da Alto Tapajós, evidenciam, ao que se informa, absoluta tranqüilidade com respeito ao arquivamento definitivo do inquérito e, conseqüentemente, das ações penais a que deveria dar lugar.

Tradicionalmente as relações entre funcionários do SPI no Pará, especialmente nas áreas Kayapó, e os dirigentes das atividades extrativistas ou quaisquer outras que aí se exerçam eram inamistosas e tensas ao ponto de, por vêzes, eclodir em atos de hostilidade aberta e violenta. Alguns dêsses funcionários, como é o caso do inspetor Cícero Cavalcanti, paci-

ficador dos Kubenkrankégn, e a quem estava afeta a assistência aos diversos grupos Kayapó, não raro eram alvo de ameaças as mais sérias. Êsse e outros funcionários que reagiam às tentativas de expropriação de territórios tribais e denunciavam de público violências e crimes praticados contra índios eram acusados, como o são ainda hoje, de armar e dirigir ataques de grupos Kayapó hostis contra seringais e outras ocupações neo-brasileiras. Já se viu que o plano original de pacificação das tribos hostis do Pará foi abandonado em benefício de uma tendência praticista que se orienta para a atração indiscriminada de quantos grupos tribais arredios ou hostis puderem ser atingidos. Êsse fato e o afastamento de funcionários mais inimizados com os dirigentes das frentes de ocupação neo-brasileira da área contribuem para um entendimento mais amistoso, na atualidade, entre o SPI e os seringalistas e assemelhados. O fato é, sem dúvida, significativo se comparado com outros que participam de um mesmo contexto de mudança de orientação, sem entretanto querer-se tirar d'êle quaisquer conclusões, mesmo as mais aparentemente óbvias. Por outro lado, o abrandamento da tensão que existia de longa data entre o SPI e os seringalistas estaria não só justificado como seria plenamente desejável, se não se fizesse, como todo um encadeamento de circunstâncias infelizmente leva a crer, com o abandono de certas posições da mais absoluta importância para a sobrevivência dos grupos tribais.

IV. Em face à dramática experiência sofrida pelos Kokraimôro e Menkrangnotí do Curuá, era justo esperar-se que a atração de novos grupos arredios fôsse protelada até que o SPI, com base crítica nesses lamentáveis insucessos, pudesse rever suas técnicas de pacificação e aldeamento e equipar-se convenientemente para novos cometimentos. Não se compreende, na verdade, que processos patológicos de conseqüências tão graves tenham sido enfrentados com medidas rotineiras. Não mobilizou o SPI, durante os surtos epidêmicos, médicos que um convênio com o Ministério da Saúde põe à sua disposição. Nem, aparentemente, qualquer solicitação de transporte aéreo foi feita à Aeronáutica para a condução de socorros médicos e de equipamentos de emergência. A mobilização conjugada de tais recursos salvara, entretanto, de extermínio total por epidemia as tribos do alto Xingu em 1953. E aqui é o próprio setor especializado do SPI que demonstra com dados estatísticos mais que expressivos que a assistência terapêutica e alimentar é essencial no controle de surtos epidêmicos (Dr. João Leão da Mota, "A Epidemia de Sarampo no Xingu", em "SPI 1954").

Encontravam-se ainda em pleno curso tais processos patológicos no Curuá e na Serra Encontrada, quando nova expedição pacificadora foi organizada. Não se tratava desta vez de atingir pequenos bandos isolados e mais ou menos arredios. Visava agora o SPI a mais densa concentração Kayapó existente, os Menkrangnotí das cabeceiras do Iriri, onde, segundo

informações fidedignas, existiria cêrca de um milhar de índios. Entre 150 a 200 outros Kayapó deveriam ser atraídos de sua localização no Riozinho do Anfrísio, na margem esquerda do médio Iriri. São êsses os Kararaô, grupo destacado da antiga aldeia da Cachoeira da Fumaça, na bacia do rio Fresco. As providências assentadas pouco ultrapassaram o recebimento das verbas de pacificação da SPVEA e a aquisição de equipamento para uso das turmas volantes de atração. Os recursos postos à disposição da equipe do SPI eram tão exíguos, aliás, que as turmas de pacificação encontravam-se algum tempo após, mesmo antes de estabelecer contacto com os grupos tribais, submetidas a condições aflitivas pelo esgotamento dos víveres de que dispunham. Seja dito em benefício da verdade que, em tôdas as fases do fatigante e arriscado trabalho de atração, o inspetor Francisco Meirelles, pessoalmente à frente das equipes volantes, e seus integrantes, portaram-se com bravura e espírito de sacrifício dignos de tarefa melhor ordenada. Difícilmente poderá aliás ser atribuída a êsse antigo funcionário do SPI, cujo nome está indissolúvelmente ligado à pacificação dos Xavante, a causa dos problemas e desacertos atuais do SPI.

A fixação da política indigenista e sua tradução em termos de atividade prática geral compete aos órgãos centrais do Serviço de Proteção aos Índios. E' na indigência metodológica de tais organismos diretivos e da estrutura ministerial que os suporta, em sua falta de visão coerente, ampla e unificada, do problema tribal, em seu alheamento burocrático da vivência de questões fundamentais atinentes às comunidades indígenas, que repousa a causa primeira dos descaminhos por que incide o SPI. Falta a tais chefias, ao lado da exigüidade irrisória de verbas e meios de trabalho, a necessária flexibilidade para transformar em atividade fecunda a experiência acumulada por seus trabalhadores de campo mais antigos e capazes. Ao mesmo tempo, a anulação dos quadros e das funções da Secção de Estudos submete o órgão protecionista oficial a um empirismo tateante que lhe transforma a política indigenista em uma palavra vazia de conteúdo e os atos concretos em dolorosos experimentos de tentativa e êrro. Tais hipóteses explicarão, talvez, a persistência do SPI em manter seus projetos de pacificação em massa no Pará, a despeito das seríssimas conseqüências de tais métodos sôbre as populações tribais atingidas.

O "Diário Carioca", em sua edição de 5 de outubro do corrente ano, anunciava a pacificação, pelas equipes volantes do SPI, dos grupos Kayapó do alto Iriri: "...O inspetor Meirelles está chefiando uma expedição que visa a pacificar os Mencronotíres, aos quais pertencem os temíveis Caiapós. A expedição entrou ontem em contacto com os índios, sendo recebida pelo cacique mais poderoso, Airuti, que é chefe Caiapó... Os indígenas pacificados por Meirelles são mais de mil. Dêles, 250 acompanharam o inspetor no seu regresso e ficaram alojados no acampamento do SPI. Ficou acertado entre Meirelles e o chefe Caiapó que os índios se deslocarão para um pôsto fundado recentemente nas margens do rio Pitiatia, afluente do

Curuá". Informações posteriores de membros da expedição que estiveram parlamentando na própria aldeia tribal Menkrangnotí, indicam que o número total de integrantes do grupo foi um tanto exagerado, devendo com mais juseza ser estabelecido por volta de 600 ou 700 índios. Com esta atração deixam os Kayapó de existir como grupo hostil ponderável. Note-se aqui, igualmente, a repetição da técnica de transferência de agrupamentos recém-pacificados para lugares alheios à sua localização tradicional. Essa tendência, que envolve um conjunto de conseqüências absolutamente danosas ao equilíbrio biótico e sócio-cultural do grupo transferido, é comumente explicado por funcionários do SPI como medida facilitadora do abastecimento do Pôsto Indígena (êsse é quase sem exceção localizado à margem de rio francamente navegável) e do escoamento da produção tribal. Alguns outros explicam a transferência afirmando ser de tôda a conveniência tal localização, pois, nos locais escolhidos, as possibilidades de contacto com grupos neo-brasileiros são mais freqüentes, tendo a virtude de apressar o processo de "civilização" dos indígenas assistidos. Não será necessário insistir na soma de condições favoráveis à desintegração dos sistemas sociais e culturais do grupo possibilitada por tais métodos de aldeamento. O abandono das roças tribais conduz quase necessariamente a epidemias de fome, de vez que as possibilidades de assistência concreta por parte do SPI são muito restritas, ao mesmo tempo que os contactos, mesmo esporádicos, com membros da população neo-brasileira leva à contração de novas experiências patológicas, de efeito quase sempre amplamente depopulativo. Tôda a literatura brasileira sôbre temas tribais, das primeiras cartas jesuíticas ao mais recente documentário etnológico, repete sempre renovado o leitmotiv da depopulação indígena: convívio, contaminação.

A continuarem as causas que aqui vêm sendo discutidas e as técnicas da atuação que lhes dão origem, não será certamente uma atitude alarmista o prever-se uma rápida e intensa diminuição de número dêsses Menkrangnotí-Kayapó agora pacificados. A experiência letal de outras subtribos do mesmo grupo étnico é, nesse sentido, uma grave e sombria advertência: Kayapó do Pau d'Arco (Irã-amráire), Gorotíre, Djóre-Xikrí do Las Casas, Kokraimôro, Menkrangnotí do Curuá.

V. O deslocamento intenso de funcionários experientes, verbas e preocupações para os projetos de pacificação, submetidos a um regime de estrita prioridade, acarreta dificuldades mais ou menos graves aos grupos indígenas que vinham sendo assistidos pelo SPI no Pará. A contínua transferência de funcionários de um a outro Pôsto Indígena põe a perder a familiaridade com traços lingüísticos e culturais, penosamente acumulada por encarregados e auxiliares, e submete os índios assistidos a novas e desnecessárias tensões e tentativas de adequação aos hábitos e peculiaridades individuais dos novos servidores. Essas transferências atingem o

máximo de mobilidade no postos Kayapó. Nesses grupos a desorganização causada com a limitação de verbas e as substituições freqüentes de funcionários foi acrescida por outros fatores, que passarão a ser examinados.

Entre os Gorotire verificou-se no corrente ano uma epidemia de gripe e sarampo. Usualmente tais surtos são benignos entre eles pela familiaridade desenvolvida com respeito às moléstias durante mais de vinte anos de contactos com populações neo-brasileiras. Más colheitas, entretanto, e a ausência quase total de recursos medicinais acarretaram a fome e a impossibilidade de socorros terapêuticos adequados. São essas as causas lembradas por um informante para explicar os vinte ou mais óbitos ocorridos no grupo. A suspensão dos vôos regulares pela linha do Correio Aéreo aos postos Las Casas (Xikrí-Djóre), Gorotire e Nilo Peçanha (Kubenkranékégn) limitou ainda mais as possibilidades de assistência efetiva aos grupos citados. Nenhum grupo indígena do Pará, com exceção de um trato de terra atribuído aos Gaviões em Mãe Maria, possui áreas territoriais a título definitivo. Aos Gorotire isso acarreta transtornos permanentes na exploração dos cauchais e castanhais do rio Fresco, por serem os mesmos disputados por um ou vários dos ocupantes neo-brasileiros do rio Fresco. Não terminam aí os problemas dessa subtribo Kayapó. Segundo um informante ligado ao SPI, anuncia-se naquela área uma corrida de faiscadores de ouro, que, se efetivada, ameaçará as mais imediatas vizinhanças do aldeamento Gorotire. No local encontrar-se-ia já um aventureiro francês, que, segundo se informa, mostra-se entusiasmado com as perspectivas da lavra. Notícias dêsse teor tendem a espalhar-se rapidamente e a afluência de mineradores dos garimpos do Araguaia-Tocantins dificilmente poderia ser detida ou controlada com os meios de que dispõe o SPI na região. A situação da reserva dos Gorotire agrava-se pela ausência de títulos legais de validade indiscutível. Em várias regiões do país, posses tribais mais antigas e aparentemente mais sólidas e pacíficas tem sido contestadas ou mesmo anuladas por indivíduos nelas interessados. Vale como exemplo a situação angustiosa em que se encontra a reserva dos Pataxó em Itahuna, na Bahia, ou os conflitos pela posse do território Kadiwéu no sul de Mato Grosso.

Ao lado disso, acentua-se a disposição francamente contrária à concessão de áreas territoriais a grupos indígenas demonstrada pelo atual governo paraense, que, entre outras manifestações, negou-se a autorizar a transferência de uma reserva na zona fronteira com o Estado de Mato Grosso para integrar o Parque Indígena do Xingu. Ao mesmo tempo, as facilidades de crédito abertas pelo Banco da Amazônia e a SPVEA, conjugadas à expansão de grandes companhias imobiliárias que requerem e loteiam grandes tratos de terras no Araguaia-Tocantins e no alto Xingu e, ainda, a intensificação do interesse por áreas virgens no sul do Pará, cujo acesso será imensamente facilitado pela abertura da rodovia Belém-Brasília, são fatores de séria periculosidade não só para a manutenção das atuais reservas indi-

genas como para a própria sobrevivência dos grupos que as ocupam. Várias tribos localizadas no Pará encontram-se já diretamente ameaçadas pela penetração em seus territórios de exploradores de produtos florestais e garimpeiros. Tal é o caso dos Tupi-Mudjetire, das cabeceiras do Sororozinho, na margem esquerda do baixo Araguaia, do grupo Asuriní aldeado no Pôsto Trucurá, no Tocantins, e dos Xikri-Djóre do Alto Itacaiunas. Outros grupos, como os Tapirapé, tiveram suas terras requeridas por companhias imobiliárias, como informa o etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira, antigo integrante da Secção de Estudos do SPI.

A região paraense a que se faz referência, caracterizada tribalmente pela presença dominante de grupos Kayapó, vem sendo conhecida entre os trabalhadores em etnologia amazônica como a última grande fronteira de expansão da sociedade nacional. Não há de fato, em todo o país, área tão vasta em territórios tribais contínuos. Largas porções das bacias que se estendem do Tocantins ao Tapajós são, ou eram ainda muito recentemente, interditadas pela hostilidade indígena à penetração de grupamentos pioneiros civilizados. Se se observam, entretanto, em perspectiva histórica os limites dessa área tribal, os cem anos precisos que separam os dias atuais dos primeiros contactos com os Kayapó Setentrionais do Araguaia paraense revelarão uma nítida tendência de deslocamento dêste e de outros grupos tribais em direção ao oeste. Não só as subtribos Kayapó mostraram-se, àquela época, amistosas e cooperantes com os colonizadores do Araguaia, como os atuais territórios Kayapó que se dispõem entre o Xingu e o Tapajós não registravam, em fins do século passado, a presença permanente de membros da referida tribo. Os testemunhos de Couderau e E. Snethlage, que, entre fins do século XIX e começos do atual, percorreram tôda a extensão que se alonga entre o Xingu e o Tapajós, não deixam dúvidas quanto à ausência de tais grupos hostis naquelas áreas. Só a pressão posterior exercida por seringalistas e exploradores de castanhais, que, a partir de Altamira e do Araguaia-Tocantins, ocuparam partes das bacias do Pau d'Arco, do Fresco e do Trairão, fêz deslocarem-se para os altos cursos de afluentes do Xingu as grandes massas hostis hoje aí localizadas. Tais grupos originaram-se por fracionamento da subtribo Gorotire, que ocupava tradicionalmente as cabeceiras do Riozinho, afluente do Fresco. Entre êsses devem ser mencionados especialmente os Menkrangnotí e os Mentuktíre.

A expansão da sociedade nacional, que se vai paulatinamente alargando por êsses territórios tribais, tende a desenvolver um processo de compressão crescente dos grupos indígenas que aí se localizam. A elas deve ser atribuída a causa mais determinante dos conflitos crônicos que se registram entre índios e agrupamentos neo-brasileiros da região. Os ataques de bandos indígenas têm, fundamentalmente, dois móveis: defesa das áreas tribais, cada vez mais restritas, e modo expedito de conseguir armas e outros instrumentos civilizados, a cujo uso se adestraram, e que

se vão tornando cada vez mais indispensáveis à própria sobrevivência do grupo. As sensíveis diferenças quantitativas entre os grupos Kayapó hostis e pacificados evidenciam dramaticamente os efeitos depopulativos da atração e do conseqüente convívio forçado de massas tribais com populações neo-brasileiras. As mais importantes tarefas do órgão assistencial devem orientar-se, portanto, de modo necessário, para medidas tendentes a tornar menos danosas as conseqüências do contacto. As pacificações ora em curso na bacia do Xingu ignoram quaisquer pressupostos básicos, apoiados nos dados da experiência, que protejam os grupos tribais dos perigos da desintegração sócio-cultural e dos processos depopulativos por epidemia a que se encontram expostos. Nenhuma dessas atividades prevê, como medida necessária, a garantia às comunidades indígenas da posse dos territórios que ocupam. O que se verifica então é que às próprias equipes de pacificação se associam seringalistas e exploradores de castanhas que vão imediatamente ocupando as áreas tornadas acessíveis pela atração de grupos hostis. Dessa forma, as atuais medidas pacificadoras serão não só desaconselháveis como de todo inconvenientes se se têm em conta os mais elementares interêsses e direitos dos grupos indígenas por elas atingidos.

Não se restringem aos Kayapó os esforços de pacificação desenvolvidos pelo SPI no Pará. Um grupo de cerca de 60 índios Gaviões foi atraído nas proximidades de Itupiranga, margem direita do Tocantins, em face a Marabá. Não tardou a ocorrência, entre eles, de moléstias que, conjugadas à lamentável miséria a que se viram abandonados, os levou ao extermínio praticamente total. O fato pode ser explicado pela injustificável e arbitraria atração dos Gaviões para a margem do Tocantins, em lugar aberto à curiosidade e às constantes visitas de habitantes da região. Como em tantos outros casos, o contágio não se fêz esperar. Novas medidas de atração vem sendo adotadas com a mesma ausência de medidas acauteladoras, funcionando atualmente turmas de pacificação dos Gaviões junto às equipes que trabalham na abertura da estrada Belém-Brasília no trecho que se estende da margem direita do Tocantins, abaixo de Imperatriz, ao curso médio do Gurupi. O grosso da tribo está, assim, pelo menos tão ameaçado por processos desintegrativos quanto os diversos grupos Kayapó do Xingu.

VI. A maior parte da tribo Asuriní (Tupí) localiza-se nas cabeceiras do Bacajá, afluente oriental do baixo Xingu. Nesta região tem resistido às investidas de grupos neo-brasileiros de extratores de produtos florestais e lutado contra ataques de bandos Kayapó, seus inimigos tradicionais. Um grupo local Asuriní, ao que parece separado de longa data das comunidades do Bacajá, foi atraído pelo SPI na margem esquerda do Tocantins, pouco abaixo de Tucuruí. Há indícios de que outra fração maior da tribo se localiza mais para o interior, nas proximidades do Jacundá e

do Pacajá de Portel. A situação dos Asurini aldeados no Pôsto do Trucarará (Tucuruí) não pode ser considerada boa. Os recursos de que dispõe o pôsto são muito limitados. Além disso, boa parte dos índios aí assistidos foi retirada do aldeamento por um aventureiro da região, ex-trabalhador do SPI, que com ela percorre os municípios vizinhos, apropriando-se dos donativos que consegue em nome dos indígenas e submetendo-os a toda sorte de explorações e perigos de contágio, que vão do uso de bebidas alcoólicas ao favorecimento de intercuro sexual entre índias e indivíduos neo-brasileiros. O SPI planeja, ao que parece, a atração dos grupos Asurini ainda arredios, pretendendo iniciar os trabalhos a partir de Portel. Como sempre, não há em andamento qualquer tentativa prévia de resolver o problema do asseguramento da posse às áreas que êsses índios ocupam.

A situação dos Parakanã (chamados Paraitunga pelos Asurini) será mais ou menos semelhante. Os Parakanã são outro grupo Tupí do Tocantins e se localizam na região das nascentes do Pacajá. Membros da tribo têm aparecido com largos intervalos de tempo no pôsto de atração Tucuruí, estabelecido no quilômetro 68 da Estrada de Ferro do Tocantins, acima de Tucuruí. Os recursos do pôsto são insuficientes para qualquer medida assistencial mais séria e permanente e a questão da reserva de terras tribais não foi resolvida.

VII. O grau de higidez das populações Kayapó assistidas tem diminuído sensivelmente nos últimos anos. As mortes registradas por sarampo, gripe, tuberculose e malária entre os Gorotire e Kubenkrankégn no ano em curso são indícios eloqüentes de suas precárias condições de saúde. Há algum tempo o fisiologista Noel Nutels, ex-médico do SPI, indicava a presença de taxas alarmantes de tuberculose entre os Gorotire. Entre outras medidas de controle e debelação do mal, encarecia a necessidade de impedir-se a todo custo o contacto entre os grupos afetados e os ainda indenes, como os Kubenkrankégn. Nada foi feito nesse sentido e o intercuro entre as aldeias é hoje amplo e freqüente. O mesmo especialista afirma que as mortes atuais registradas entre os Kubenkrankégn, tidas como causadas por pneumonia ou gripe, devem ser em grande parte atribuídas à contaminação por tuberculose.

Os Kubenkrankégn, originários de um fracionamento ocorrido em 1936 entre os Gorotire, localizam-se tradicionalmente em sua aldeia da margem direita de Riozinho, pouco acima da Cachoeira da Fumaça, onde foram pacificados. O curso acidentado dêsse tributário do rio Fresco os vinha protegendo de contactos indesejáveis com grupos neo-brasileiros da região. O SPI, entretanto, motivado pela parca produção tribal de castanha e borracha de caucho, tenta agora transferir o grupo, calculado em mais de 600 pessoas, para o rio Vermelho, na mesma bacia do Fresco, onde os acessos e contactos são facilitados pela navegabilidade plena do curso d'água.

A tendência atual em considerar as comunidades indígenas, não como agrupamentos humanos mas como unidades produtivas despersonalizadas, compelidas por agentes coatores do chamado órgão assistencial à extração de mercadorias comerciáveis, tem conseqüências práticas certamente ameaçadoras para o futuro dos grupos tribais. Parece óbvio que tal visão utilitária do problema indígena pouca diferença de propósitos estabelece entre os dirigentes atuais do SPI e as técnicas coloniais de descimento e aldeamento compulsório de grupos tribais. As conseqüências, guardada a distância histórica, serão também aproximadamente semelhantes.

Como CONCLUSÃO, são condensados a seguir os problemas aqui discutidos que tenham maior atualidade ou importância.

1) A atual ofensiva de pacificação Kayapó inicia-se em 1957 com a atração dos Kokraimôro da Serra Encontrada e dos Menkrangnotí do Curuá. A ausência de condições mínimas necessárias à preservação desses grupos contra epidemias e outros processos de desintegração física e sócio-cultural os leva rapidamente a uma depopulação que atinge ou mesmo ultrapassa a taxa de 50% de seus efetivos.

2) A defesa dos territórios tribais é a premissa básica necessária ao estabelecimento de qualquer política indigenista coerente. As violências que se cometem contra grupos indígenas têm por base, fundamentalmente, sua expulsão das áreas que ocupam. Massacres como os referidos no texto são ainda freqüentes e estão a exigir do órgão protecionista a promoção da responsabilidade criminal de seus autores e mandantes.

3) O grande grupo Menkrangnotí-Kayapó, recentemente pacificado nas cabeceiras do Iriri, a exemplo das trágicas experiências sofridas por outras subtribos da área, está ameaçado de forma séria e atual por processos desintegrativos violentos. A exigüidade dos recursos com que conta o SPI em verbas, equipamento e pessoal qualificado dificilmente conseguirá impedir a continuação desses fenômenos.

4) Grupos pacificados há mais tempo, como os Gorotire e Kubenkrangkén, estão sofrendo contínuas baixas em sua população por moléstias, falta de assistência eficiente e desorganização de suas formas de vida social, além de estarem ameaçados na continuidade da posse de seus territórios tribais.

5) Atribui-se a causa última dessas questões à ausência de uma visão unificada e coerente do problema tribal por parte dos atuais dirigentes do SPI, a crédito de cujo empirismo desprovido de sensibilidade com respeito aos mais fundamentais problemas dos povos indígenas devem ser associados tais dramáticos insucessos.

Tais eram as considerações que me sentia no dever de tornar públicas com o objetivo de contribuir para uma pronta tomada de consciência, dada a gravidade e a urgência evidente de tais questões, acreditando participar da problemática e das apreensões de todo trabalhador em etnologia que, ao elaborar os dados de interesse científico, colhidos em suas pesquisas de campo, deve também discutir as ameaças que se antepõem ao destino dos povos que estuda.

(ass.) **Carlos de Araújo Moreira Neto**
Divisão de Antropologia
Museu Paraense Emílio Goeldi

Belém, 29 de dezembro de 1958.

Nota: Foram enviadas cópias aos dirigentes das seguintes instituições: Serviço de Proteção aos Índios, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Sociedade Brasileira de Antropologia, Comissão de Incentivo às Pesquisas Etnológicas e Linguísticas no Brasil, Museu Paraense Emílio Goeldi.